



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

CONSELHO DIRETOR DECISÃO 010/2014	
INTERESSADO:	Mario Freitas do Valle
ASSUNTO:	Recurso Administrativo referente à divulgação do resultado preliminar do enquadramento de proposta submetida para avaliação no âmbito do Programa de Subvenção Econômica à Inovação Tecnológica em Micro e Empresas de Pequeno Porte – TECNOVA/AM, Edital 025/2013.
PROCESSO:	050/2014-FAPEAM

DECISÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO DIRETOR da FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS, em reunião realizada nesta data, considerando:

a) o Edital 025/2013, referente ao Programa de Subvenção Econômica à Inovação Tecnológica em Micro e Empresas de Pequeno Porte – TECNOVA/AM;

b) o pleito formulado pelo Sr. **Mario Freitas do Valle**, representante da empresa TAMBAQUI DE BANDA – TDB ALIMENTAÇÃO LTDA, referente à divulgação do resultado preliminar do enquadramento da proposta intitulada “*Tambaqui de Pé - Fish and Chips do Amazonas*”, submetida no âmbito do edital supra;

c) o Despacho da Diretoria Técnico-Científica – DITEC o qual salienta que:

I. a empresa teve sua proposta inabilitada pela Comissão de Enquadramento por não atendimento ao Anexo 2, item 10, do Edital, a saber: “**ANEXO 2 – DOCUMENTAÇÃO OBRIGATORIA PARA SUBMISSÃO DE PROPOSTA [...] 10. Demonstrativo Contábil dos três últimos exercícios financeiros**”;

II. o solicitante argumenta que, embora os Demonstrativos de Resultado do Exercício (DRE) sejam mencionados no item 14.4.2, alínea “c”, do Edital, que trata do critério de avaliação contábil, o DRE não consta no rol de documentos obrigatórios para submissão de propostas, itens 6, 7 e Anexo 2, nem no rol de documentos obrigatórios para contratação de proposta, Anexo 4; que, no seu entender, no tocante à documentação obrigatória para submissão de proposta, exige-se “expressamente” o demonstrativo contábil dos três últimos exercícios financeiros, o que foi apresentado pela proponente na forma de seu balanço patrimonial dos dois anos de existência; que exigir documentos não listado nos referidos itens e anexos fere o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e que, após a publicação do edital, a administração pública se encontra vinculada a ele, sendo assim a lei interna daquele processo, não podendo ser exigido nada mais do que consta no edital; e que, quanto à Declaração de Contrapartida, a mesma não foi entregue, pois na própria redação da declaração há a expressão “aprovada”, o que, no mínimo, dá margem a interpretar que sua apresentação se daria após a análise e habilitação da proposta, ou seja, mais uma vez não há qualquer menção sobre a declaração nos itens 6 e 7 ou Anexo 2;

III. a demonstração contábil se destina a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da empresa, que no ato busca aferir recursos públicos para o desenvolvimento de sua atividade, sendo o principal objetivo desse demonstrativo a apresentação de forma organizada e ordenada dos registros que afetaram o patrimônio da empresa, de modo a facilitar o conhecimento e a análise da real situação financeira desta;

IV. no âmbito da proposta apresentada, a empresa encaminhou o Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2011 e 2012, no entanto, o documento apresentado pela empresa como demonstrativo contábil não permite a completa análise econômico-financeira, conforme especificado no item 14.4.3, alínea “c”, do Edital, a saber: “**14.4.3 O Comitê Técnico analisará os seguintes aspectos das propostas: [...] c) Contábeis e financeiros, compreendendo análise econômico-financeira, quanto à necessidade de aportar a contrapartida definida na proposta e suportar a execução do projeto até seu término, das beneficiárias (proponente e coexecutoras) com base nos demonstrativos contábeis apresentados, que devem incluir balanços patrimoniais, demonstrativos de resultado de exercício e/ou demonstrativo de fluxo de caixa, e declaração de origem de contrapartida, conforme modelo no Anexo 3 deste edital**”;

V. que os demonstrativos contábeis exigidos devem ser apresentados na forma da lei civil, com assinatura autenticada de contador registrado no Conselho de Contabilidade;

VI. o item 7 do edital supracitado, que trata dos Requisitos e Condições do Proponente e da Proposta, dispõe em sua parte final que a ausência ou insuficiência de informações resultará em não enquadramento da proposta;

VII. pela não apresentação de documentação obrigatória, o requerente teve sua proposta inabilitada conforme descrito no item 14.2.4, alínea “f”, do Edital, a saber: “**14.2.4. Serão inabilitadas as propostas das empresas que não apresentarem os seguintes requisitos formais: [...] f) Envio dos documentos impressos, devidamente preenchidos e assinados (conforme item 12.3) até a data e hora limite (item 13)**”;

VIII. o coordenador do projeto não atendeu ao item 7.2, alínea “b”, do Edital, a saber: “**7.2 Da equipe técnica do**



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

projeto [...] b) O Coordenador do projeto deve ter competência e experiência técnica relacionada ao tema da proposta e vínculo com a beneficiária proponente (participação como sócio ou empregado com vínculo trabalhista, de acordo com as regras da CLT);*

IX. o princípio da vinculação ao edital, que determina, em síntese, que todos os atos no procedimento de seleção de propostas devem obediência ao edital, que não é só o instrumento que convoca os candidatos interessados em participar do certame como também especifica os ditames que o regerão. Dessa forma, o edital torna-se lei entre as partes, assemelhando-se a um contrato de adesão cujas cláusulas são elaboradas unilateralmente pelo Estado, aqui representado pela FAPEAM;

X. O artigo 41 da Lei nº 8.666/93, dispõe sobre o princípio supracitado, a saber: “**Art. 41.** A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”,

DECIDIU:

INDEFERIR o pleito formulado pelo Sr. **Mario Freitas do Valle**, considerando a proposta intitulada “*Tambaqui de Pé - Fish and Chips do Amazonas*” **inapta** para concorrência ao Edital 025/2013 - Programa de Subvenção Econômica à Inovação Tecnológica em Micro e Empresas de Pequeno Porte – TECNOVA/AM.

SALA DE REUNIÕES, em Manaus, 20 de janeiro de 2014.

MSc. Severina de Oliveira dos Reis
No exercício da Presidência

Profa. Dra. Andrea Viviana Waichman
Diretora Técnico-Científica
Conselheira